



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Em defesa dos professores

O Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) foi criado com o objetivo primordial de promover a formação continuada de professoras/es de História a partir de uma premissa: a de que as/os docentes que atuam na Educação Básica são intelectuais capazes de problematizar, teorizar e produzir conhecimentos conectados com a vida nas escolas.

As pesquisas desenvolvidas no ProfHistória enfrentam e geram debates de diferentes naturezas. O ato de pesquisar, nesse cenário, permite a criação de novos olhares e o aprofundamento de questões sensíveis de forma responsável, conectados ao pensamento acadêmico da área e comprometidos com os valores que a democracia brasileira construiu nas últimas três décadas.

Nesse sentido, o ProfHistória se manifesta em favor da liberdade e da pluralidade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Afirmamos que, no planejamento e realização das aulas, na construção das problemáticas e objetos de estudo, na seleção dos referenciais teórico-metodológicos e dos recursos pedagógicos mobilizados e na proposição de novos olhares sobre ensinar e aprender História, docentes e discentes do Programa devem ter seus direitos constitucionais garantidos. As/Os mestrandas/os do Programa e seus/suas docentes não podem ser constrangidas a evitar temas e/ou modificar suas pesquisas e produções acadêmicas e didáticas pela atuação de pessoas, grupos ou instituições alheias aos rigores científicos da área e em situações não previstas no escopo acadêmico e pedagógico.

Problematizar questões de igualdade de gênero; promover formas de educação antirracista; combater a discriminação em razão de classe, de idade, de nacionalidade, de pertencimento religioso, de orientação sexual; educar para os Direitos Humanos e para a Cidadania, bem como garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho são responsabilidades de cada professor/a comprometido/a com a Constituição Federal e com um numeroso conjunto de Leis e Diretrizes que orientam a educação nacional, tais como a LDB 9394/1996 – modificada pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08 -, a Lei Maria da Penha, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros.

Isto posto, a **Coordenação Acadêmica Nacional do ProffHstória e as coordenações dos vinte e sete núcleos locais** posicionam-se incondicionalmente na defesa da ordem constitucional e oferecem apoio a todo e qualquer membro do Programa que tiver seus direitos ameaçados no exercício de seus ofícios de professor/a e pesquisador/a.

Brasília, 9 de novembro de 2018